



AS ESFERAS PRIVADA, PÚBLICA E SOCIAL EM HANNAH ARENDT: UMA INTRODUÇÃO AO ADVENTO DO SOCIAL COMO CRÍTICA DA MODERNIDADE

THE PUBLIC, PRIVATE AND SOCIAL SPHERES IN HANNAH ARENDT: INTRODUCTION TO THE ADVENT OF THE SOCIAL AS A CRITICISM OF MODERNITY

Erinaldo Pedro da Silva

Mestrando em Filosofia pela UECE
Professor da Rede Pública de Ensino da Prefeitura de Fortaleza - SME
erinaldo.pedro@gmail.com

Lucas Barreto Dias

Doutor em Filosofia pela UFMG
Professor do Adjunto do IFCE e do PPGFil-UECE
lucas.noglbd@gmail.com

Este artigo tem como objetivo apresentar uma sucinta discussão sobre a distinção teórica elaborada por Hannah Arendt acerca das esferas privada, pública e social, presente no capítulo II de sua obra *A Condição Humana*. Compreendemos que por meio dessa diferenciação, Arendt faz tanto uma avaliação do modelo de vida antigo, como expõe algumas incongruências presentes na política moderna e contemporânea. Ao discorrer sobre o significado das dimensões pública e privada, Arendt pretende trazer para o centro da discussão a ação política, enfatizando a oposição entre o mundo comum dos cidadãos, a esfera pública-política, e o que é próprio de cada um: o domínio do lar, a esfera privada. A modernidade, por sua vez, opera uma certa indistinção entre o público e o privado, levando à ascensão do social, uma esfera marcada por uma igualdade abstrata e uma liberdade meramente individual. Para Arendt, como mostraremos, a emergência do social nos auxilia a compreender o esvaziamento da esfera política, a perda da capacidade de agir, substituída pelo comportamento, e a falta de cuidado com o mundo comum.

Palavras-Chave: Esfera privada. Esfera pública. Esfera social. Política. Hannah Arendt.

This article aims to present a succinct discussion on the theoretical distinction drawn up by Hannah Arendt regarding the private, public and social spheres, present in chapter II of her book *The Human Condition*. We understand that through this differentiation, Arendt makes both an assessment of the ancient model of life and exposes some inconsistencies present in modern and contemporary politics. When discussing the meaning of the public and private dimensions, Arendt intends to bring political action to the center of the discussion, emphasizing the opposition between the common world of citizens, the public-political sphere, and what is specific to each person: the domain of the household, the private sphere. Modernity, in turn, creates a certain lack of distinction between the public and the private, leading to the rise of the social, a sphere marked by abstract equality and merely individual freedom. For Arendt, as we will show, the emergence of the social helps us understand the emptying of the political sphere, the loss of the ability to act, replaced by behavior, and the lack of care for the common world.

Keywords: Private sphere. Public sphere. Social sphere. Politics. Hannah Arendt.

1. Introdução

Hannah Arendt, uma das mais influentes pensadoras políticas do século XX, dedicou parte de seu trabalho a examinar as esferas da vida privada, da vida pública e da vida social. Tais conceitos, principalmente examinados no livro *A condição humana* (2020), estão intrinsecamente ligados à sua visão do que constitui a humanidade e a maneira como os indivíduos se relacionam entre si e com o mundo ao seu redor. Este artigo visa examinar esses conceitos, na perspectiva do pensamento arendtiano, detendo-se com mais acuidade, ao fim, ao conceito de vida social, abordado de forma muito peculiar pela pensadora.

Em nosso artigo, faremos uma inversão na ordem como a autora apresenta os temas em sua obra, que começa abordando a esfera social da vida humana, explicita em seguida o que significa a esfera pública para, então, descrever a esfera privada e comparar as duas últimas novamente com o domínio social. Optamos, aqui, metodologicamente, por iniciar nossa análise pelos elementos que dizem respeito à esfera privada, depois passamos à concepção arendtiana do que significa o domínio público e, por fim, veremos a tese da pensadora judia-alemã sobre o advento do social e como esta se relaciona com as duas anteriores. Essa opção visa partir do que é mais imediato e mais próximo de cada indivíduo: a convivência privada/familiar, de onde ele parte para exercer sua ação política no espaço público.

Para tanto, através do exame do significado da vida privada e da vida pública segundo Hannah Arendt, pretendemos compreender como a autora percebe a ascensão do social como uma forma de interpretar a decadência da vida política experienciada no decorrer da Era Moderna e também em nosso mundo moderno¹, bem como pode nos auxiliar a compreender algumas das ameaças ao futuro político da humanidade.

Nossa reflexão tem como propósito estabelecer distinções conceituais de forma introdutória ao pensamento de Arendt e que possam iluminar algumas de suas críticas à tradição de pensamento político. Para tanto, nossa principal referência será o capítulo II (“Os domínios público e privado”) do livro *A Condição Humana*, originalmente publicado em 1958. Nesse sentido, nossa análise está diretamente vinculada àquela feita por Arendt, de modo que o período histórico-político principal a ser abordado quanto às esferas privada e pública

¹ Segundo Arendt (2020, p. 7), a Era Moderna compreende o período que vai do século XVII ao limiar do século XX, ao passo que o mundo moderno diz respeito à nossa realidade após as explosões atômicas.

é a experiência grega antiga, por um lado, e, por outro, a experiência europeia moderna quanto ao advento do social.

2. A vida privada

Para Hannah Arendt, a vida privada compreende a esfera da existência humana que é responsável pelo cuidado e pela reprodução da vida. É o âmbito no qual as necessidades básicas são atendidas, como a alimentação, o sono, a habitação e as relações familiares. A esfera privada é aquela em que os indivíduos se resguardam do mundo exterior, buscando conforto e segurança em suas relações mais íntimas, na vida do lar. A autora diz que “o traço distintivo da esfera do lar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências” (ARENDT, 2020, p. 36). Além de ser um espaço em que essas necessidades básicas são supridas, outra característica da vida privada é que, nela, a liberdade e a individualidade não têm um papel preponderante, este que, como se verá mais adiante, encontrará sua forma de existência junto à espera pública. O foco das relações na vida privada não é propriamente a igualdade entre os indivíduos, uma vez que os papéis dos membros da família são definidos pela função de cada um(a) na esfera do lar. Arendt ressalta ainda que “a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política [...] a necessidade é um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado” (ARENDT, 2020, p. 38). A esfera pública, por sua vez, está relacionada àquilo que é vivido em comum, como a política, por exemplo. Quando, portanto, as necessidades básicas descritas acima são contempladas na privatividade, o ser humano dará o passo em direção à esfera pública, enquanto um ser livre e no exercício de sua individualidade.

Ressaltamos com essa demonstração que o âmbito da vida privada está intrinsecamente ligado à família. Nesse ponto, Arendt traz o modelo de vivência grego e clássico de família, o qual se contrapunha à vida na *polis*. Ela defende seu ponto de vista dizendo que “a *polis* diferenciava-se do lar pelo fato de somente conhecer ‘iguais’, ao passo que o lar era o centro da mais severa desigualdade” (ARENDT, 2020, p. 39). A partir dessa fala, reforça-se o que foi dito acima: no ambiente familiar não existe liberdade plena ou mesmo igualdade entre os membros. A família, tal como compreendia a experiência grega, é composta pelo chefe do lar que governa a mulher, os filhos e os escravos, esses últimos tendem a obedecer ou a se subordinar às ordens de quem está no comando. Mesmo que essa imagem de vida familiar, que apresenta visão extremamente hierarquizada, possa ressoar incômoda para os tempos atuais, o importante neste momento é ressaltar o papel da vida

intrafamiliar que, grosso modo, vale para ontem e para hoje: as relações na privatividade familiar tem como missão preservar a vida e garantir à humanidade um espaço de proteção e crescimento.

A vida privada, entretanto, por si só, não é suficiente para explicitar o que é a condição humana, na visão de Arendt, que mesmo reconhecendo a importância da vida privada para as realizações pessoais, vê na vida pública uma instância igualmente relevante para falar sobre a humanidade. Segundo a autora, “uma das características da privatividade [...] era que o homem existia nessa esfera não como um ser verdadeiramente humano, mas somente como exemplar da espécie animal humana” (ARENDT, 2020, p. 56). Como a vida privada se encarrega das necessidades mais básicas e ligadas ao sustento da vida, a humanização não se encerra nela, mas é tornada possível a partir de uma outra forma de existência que ganha na vida pública um significado expandido. A singularidade própria de cada indivíduo, nesse sentido, só pode ser revelada na esfera pública, onde os seres humanos agem e falam entre si, mostrando quem são e o que podem fazer.

Ainda que Arendt busque na antiguidade clássica da Grécia o paradigma de vida privada em contraposição e relação à vida pública, como um dos elementos constitutivos da humanidade, ela reconhece que somos mais devedores aos romanos no que toca ao equilíbrio entre o público e o privado. “Devemos o pleno desenvolvimento da vida no lar e na família como espaço interior privado,” afirma Arendt, “ao extraordinário senso político do povo romano, que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado ao público” (ARENDT, 2020, p. 73). Neste ponto, percebemos o quanto ela valoriza a tese de que esses dois domínios devem coexistir e que possuem uma profunda conexão entre eles, expressada na antiguidade, pelo fato de que somente quando as necessidades da vida fossem atendidas, na privatividade, é que a vida pública tomava seu lugar.

Arendt percebe um fenômeno político em relação às circunstâncias privadas muito peculiar presente na tradição grega: o fato de que possuir uma propriedade, muito mais do que possuir riquezas, era a condição *sine qua non* para que o cidadão tivesse seu lugar garantido no espaço público. Ela descreve essa percepção da seguinte forma: “a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e, portanto, pertencia ao corpo político, isto é, que chefiava umas das famílias que constituíam em conjunto o domínio público” (ARENDT, 2020, p. 76). Ser cidadão, ou seja, pertencer à cidade, e, por isso mesmo, participar das discussões políticas, era reservado aos indivíduos que detinham sua propriedade privada, que tinham um espaço na cidade que lhe pertencia. Dessa forma ele poderia ingressar na esfera pública, ser digno de uma existência distinta

daquela proveniente apenas da natureza. O que vem a ser, portanto, essa vida pública, na visão arendtiana, mostraremos no ponto a seguir.

3. A vida pública

No pensamento arendtiano, o domínio público constitui a dimensão na qual os seres humanos aparecem no mundo, se dão a conhecer quem são e interagem com seus semelhantes entre iguais. Nessa perspectiva, Antunes afirma que “o homem só era inteiramente humano se ultrapassasse o domínio instintivo e natural da vida privada” (ANTUNES, 2023, p. 2). Adentrar, portanto, no espaço público possibilita a reunião na companhia uns dos outros, criando um mundo marcado pela humanidade. Nas palavras da própria Arendt, o termo público denota “em primeiro lugar tudo o que aparece em público e que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” bem como “significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele” (ARENDT, 2020, p. 61; 64). Mundo, neste sentido, não tem o mesmo significado que o planeta Terra (natureza), mas está ligado tanto àquilo que é feito pelas mãos do homem, o artifício humano, suas construções e obras que têm uma duração relativamente indefinida, e o mundo propriamente humano, construído na relação da pluralidade própria dos seres humanos, aquela realidade que passa a existir enquanto os indivíduos estão juntos. O mundo comum, neste sentido, é constituído por uma comunidade de coisas, criadas pelos ser humanos e que os mantém relacionados/unidos uns aos outros, mas também é a relação que há entre eles e que não possui uma tangibilidade física. Negar ou negligenciar esse mundo humano comum significaria dissolver a esfera pública e, portanto, desprover a humanidade de algo que lhe é próprio, a ação política, que além de ser um elemento da coletividade, é também a instância na qual os indivíduos se diferenciam dos demais.

A esfera pública, portanto, é o espaço em que os cidadãos podem agir politicamente em conjunto, expressando suas opiniões e participando dos assuntos comuns, transformando o mundo. Ela resgata a ideia de esfera pública, assim como faz com a esfera privada, da antiguidade greco-romana, onde havia uma distinção mais clara entre o domínio público e o privado, e onde a ação política era valorizada como a atividade mais nobre do homem. Nesse sentido, pode-se dizer que a esfera privada e a esfera pública, mesmo ocupando suas instâncias próprias, precisam uma da outra e garantem suas existências mútuas. O ambiente privativo do lar, marcado pelas relações desiguais, uma vez que cada

membro da família tem um papel distinto do outro, permite que a pessoa goze da segurança e dos meios para suprir suas necessidades básicas. Já no ambiente público, no qual quem se relacionam são os iguais, os indivíduos se mostram quem são, libertos das amarras da necessidade e se descobrem livres.

A esfera pública é aquela, portanto, em que os indivíduos se engajam em atividades políticas e participam da comunidade como cidadãos. É o espaço onde as pessoas se reúnem para deliberar, tomar decisões coletivas e tornar efetiva sua liberdade política. Ela é fundamental para a construção de uma sociedade democrática, na qual os cidadãos são livres para expressar suas opiniões e contribuir para o bem comum. A participação ativa na esfera pública é crucial para o exercício da liberdade e da construção do mundo comum. Segundo Arendt, “o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcede a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro, preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência nele” (ARENDT, 2020, p. 68). Nossa permanência nesse mundo é breve, o mesmo não se pode dizer dele, pois viver a mundanidade na perspectiva do passageiro e efêmero não engajaria o indivíduo no mundo comum e no domínio público. Se existe a compreensão de que o mundo desaparece, para o indivíduo, quando este é retirado daquele, não teria sentido deixar legados para futuras gerações, não faria sentido cuidar do mundo e se engajar em atividades públicas, isto é, se o mundo não permanecesse, os indivíduos não teriam motivos para existir que não fosse cuidar de suas próprias vidas privadas. É a própria perspectiva de que a vida individual atinge a capacidade de singularizar sua existência junto à pluralidade humana e enquanto um ser que pertence a um mundo, que torna possível a ação política comum.

Quando os cidadãos se retiram da vida pública e negligenciam suas responsabilidades políticas, eles correm o risco tanto de permitir a ascensão de modelos de governos baseados na dominação, tal como o totalitarismo ou qualquer outra forma de regime autoritário, quanto da perda de sua própria liberdade, uma vez que “entregam” a um governante a função de tomar as decisões que dizem respeito ao bem comum. Portanto, a vida pública desempenha um papel essencial na preservação da democracia e na promoção da dignidade humana. Arendt é entusiasta da liberdade política, alicerçada no diálogo dos indivíduos plurais, que embora defendam interesses próprios ou de seus respectivos grupos, discutem uns com os outros na busca do bem comum. Tal liberdade política é diferente da liberdade liberal, própria da modernidade. Esse segundo tipo de liberdade se vincula às preocupações da vida privada, daí a tese arendtiana de que a vida social assume o papel de protagonista nas relações entre os cidadãos. Arendt defende a necessidade de recuperar a esfera pública como

o lugar da liberdade, da pluralidade e que não pode ser confundida com a esfera social, esta por sua vez adquire um significado próprio no pensamento da filósofa, como se mostrará a seguir.

4. O Social e sua relação com o privado e o público em Hannah Arendt

A esfera da vida social, na concepção arendtiana, apresenta-se como uma esfera híbrida da vida privada e a vida pública. Arendt afirma, categoricamente, que “a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da diferença entre os domínios privado e público e a submersão de ambos na esfera social” (ARENDT, 2020, p. 85). Trata-se, portanto, na tese da pensadora judío-alemã, de uma categoria da era moderna.²

Quando o pensamento grego clássico fazia a distinção entre privado e público, apresentado sobretudo pela filosofia política aristotélica, colocava o privado como a dimensão pré-política, como uma condição para que o ser humano adentre no mundo da ação política, própria da vida pública. Nesse sentido, Arendt parece indicar uma maior proximidade do termo social com a vida privada do que propriamente à vida pública, uma vez que, embora o ser humano esteja se relacionado e dialogando com outros, os interesses que estão em jogo são interesses particulares e ligados geralmente a aspectos da vida que visam suprir as necessidades básicas e não em vistas do bem comum.

A crítica da esfera social, em Hannah Arendt, se dirige ao modo de vida humana que surgiu na modernidade, no qual as atividades do trabalho³, antes confinadas à esfera privada, passaram a ocupar o espaço público e a determinar as relações entre os indivíduos. A esfera social é o resultado de um processo de nivelamento e uniformização das diferenças humanas, que reduz os indivíduos a meros consumidores e produtores, submetidos às necessidades da vida biológica. A esfera social, no entendimento de Arendt, enfraquece a esfera pública, na qual os homens podem agir e falar livremente, manifestando sua singularidade e participando da construção do mundo comum. Nas palavras da própria Hannah Arendt: “pouco importa

² Segundo Correia (2022, p. 348), “o surgimento da esfera social culmina com a articulação dos proprietários do capital, no contexto imperialista, para instrumentalizar os Estados para seus fins, por um lado, e, por outro, com a correspondente auto-organização da classe operária na defesa da melhoria de suas condições de vida e de trabalho, chocando-se frontalmente com a articulação promíscua entre capital e Estados”.

³ O trabalho, sob a perspectiva arendtiana, compreende a atividade humana responsável pela subsistência e pela manutenção da vida. Outra atividade ligada à condição humana é a obra ou fabricação, que se refere ao fato dos humanos fabricarem objetos, com maior durabilidade, que lhes servem para tornar a vida melhor e, com isso, imprimem sua identidade nos elementos da natureza criando seu próprio mundo, o mundo humano.

se uma nação se compõe de iguais ou desiguais, pois a sociedade exige sempre que os seus membros ajam como se fossem membros de uma enorme família que tem apenas uma opinião e um único interesse” (ARENDT, 2020, p. 48). Nesse sentido, a emergência do social provoca o aniquilamento do indivíduo enquanto um ser político que age na vida pública e contribui, a partir de sua idiossincrasia, na construção do mundo comum. Esse indivíduo, no afã de suprir suas necessidades, deixa de lado sua ação com os outros e abre espaço a que outro tome as decisões por ele.

Arendt parte da premissa de que os seres humanos são seres chamados a viverem juntos, ou seja, nossa existência está intrinsecamente ligada à nossa capacidade de nos relacionarmos com os outros. Isso se expressa quando ela diz que “nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos” (ARENDT, 2020, p. 27). A convivência que há entre os seres humanos, no entanto, não se limita apenas à mera interação entre indivíduos, mas envolve sobretudo uma dimensão política. A condição humana, segundo Arendt, é marcada pela pluralidade, o que significa que cada indivíduo é único e irrepetível. Somos diferentes uns dos outros em nossa singularidade, mas, ao mesmo tempo, compartilhamos o mundo comum em que vivemos. Essa condição de vivermos e estarmos juntos é o que torna possível a existência da ação política, que, para Arendt, é “prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação [política], e só a ação [política] depende inteiramente da constante presença de outros” (ARENDT, 2020, p. 28).

O fato de a atividade humana da ação ser condicionada à vivência comum dos homens fez com Arendt compreendesse o porquê da tradução adotada pelos escolásticos do ser humano como um animal político, de Aristóteles, para o ser humano como animal social. Como bem explica Dias, para Arendt, “um dos indícios que nos apontam a perda do significado originário da política já surge na Idade Média na substituição do termo político por social, fato que nos aparece na tradução do *zoon politikon* aristotélico pelo *animal socialis* feito por Sêneca e Tomás de Aquino” (DIAS, 2013, p. 135). Não havia, portanto, segundo Arendt, no mundo antigo, a noção de uma esfera social. Na interpretação arendtiana do pensamento político de Aristóteles, a esfera pública era identificada com a ação política, o espaço no qual os indivíduos se encontram, se comunicam, debatem, expressam suas opiniões e participam ativamente da vida política.

Na concepção de Arendt, a mudança de tradução de *zoon politikon* para *animal socialis* foi crucial para a perda de uma característica propriamente humana e que distingue inclusive

os seres humanos dos outros seres da natureza: a ação política. Antes mesmo de *A condição humana*, Arendt expressa esse ponto de vista no texto “Karl Marx e a tradição do pensamento político ocidental”, de 1953:

A palavra *politikon* não significava mais um modo de vida extraordinário, único, de convívio no qual as verdadeiras capacidades humanas do homem, distintas de suas características meramente animais, podiam se mostrar e se provar. Passou a significar uma qualidade geral que os homens compartilham com muitas espécies animais, que talvez tenha sido mais bem expressa pelo conceito estoico da humanidade como uma horda gigantesca sob o comando de um pastor super-humano. (ARENDT, 2021, p. 59)

Ela aponta, igualmente, que o processo de tradução de outra palavra trouxe o mesmo prejuízo para o pensamento político e, como consequência, a emergência do social em detrimento do público. Originalmente a palavra *logos* significava, no grego clássico, tanto palavra quanto razão, portanto manifestava a capacidade do discurso e a capacidade de pensar. Ora, quando *logos* se tornou *ratio*, na tradução latina, a capacidade do discurso se esvaiu da palavra, enfatizando unicamente a capacidade de pensar. O problema disso, aponta Arendt, reside no fato de que a experiência grega original mantinha a característica discursiva da razão, o que enfatizava a interação do indivíduo com os outros, punha em destaque a pluralidade humana, algo que não acontece em *ratio*, posto a ênfase residir somente no pensar solitário e individualista, naquilo que a razão pode encontrar por si mesma, expresso, por exemplo, na questão dos universais.

Compreendemos, assim, que o pensamento de Arendt se apresenta como fulcral para entender a sociedade moderna a partir do advento de um tipo de individualismo que se afasta da esfera pública e encontra um novo tipo de esfera, a social. Quando se provocou uma confusão entre as esferas pública e privada, não foi o simples desaparecimento de uma ou outra que ocorreu, mas, na verdade, gestou-se um tipo de esfera que possui uma certa publicidade, posto que há luz sobre ela e os indivíduos podem se mostrar, mas com características da esfera privada, despontando sua despreocupação com mundo e, curiosamente, fazendo emergir não uma singularidade própria a cada um de nós, senão uma adequação das formas de existir a modelos abrangentes e pouco distintos entre si. A publicidade do social, podemos assim interpretar, ambiciona não à singularização dos indivíduos, mas a sua massificação; é a perda da capacidade de agir, de engendrar novidades ao mundo e de preservá-lo. No lugar da ação, cabe agora, na esfera social o comportamento.

Segundo Antunes, esse processo se deu da seguinte forma:

Contrariamente ao modelo grego de oposição entre o *oikos* e a *polis* defendido por Arendt, a política passou a preocupar-se com a esfera privada, ou seja, o social privado adquiriu um estatuto de ação política. A economia, anteriormente ligada

ao lar transformou-se em economia política doméstica ao serviço do conformismo privado. A estatística, instrumento da nova economia tende, a reduzir o homem a um produto quantitativo remetendo a história para um conjunto de leis automática objetivas que não podem ser contrariadas pela pluralidade de opiniões subjetivas (ANTUNES, 2023, p. 7).

Seguindo a tradição da filosofia clássica, sobretudo de Aristóteles, Arendt admite o contraste da esfera pública e da esfera privada, como o espaço do lar, das necessidades individuais e da vida familiar. Embora reconheça a importância da esfera privada, ela argumenta que é na esfera pública que de fato ocorre a ação política. Esta é o processo de intervenção ativa no mundo, de tomar iniciativas, de se posicionar e de exercer a liberdade. É através da ação política que os indivíduos podem se tornar cidadãos engajados e participar da construção do espaço público/político, caracterizado pela visibilidade e pela exposição pública das ações e palavras dos indivíduos, que têm a oportunidade de se envolver em atividades políticas, influenciar o curso dos acontecimentos e contribuir para a formação da opinião pública. A esfera privada, por sua vez, refere-se ao domínio das necessidades individuais, da vida familiar e das relações pessoais. É o espaço onde os indivíduos buscam sua própria subsistência, atendem às suas necessidades básicas e mantêm relações íntimas com familiares e amigos próximos.

A grande descoberta de Arendt neste ponto foi perceber como a esfera privada adentrou no espaço público, mostrando como uma atividade que visava o interesse comum passou a defender interesses privados ou apenas de alguns membros da sociedade. Outro problema apontado por Arendt, e que está relacionado à emergência do social, diz respeito às sociedades de massas. Segundo Correia, “à excelência, à singularidade e à pluralidade dos agentes no espaço público político a esfera social contrapõe o conformismo, o anonimato e a uniformidade dos indivíduos na luta competitiva pela vida nas sociedades de massas, na unificação antipolítica dos muitos em um só” (CORREIA, 2022, p. 1). Nada mais desfigura a ação política do que a massificação da sociedade, pois esta retira do indivíduo o poder de falar, de discursar, de se mostrar quem é em meio à pluralidade dos demais. Couto explica dizendo que “as massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis” (COUTO, 2019, p. 1). Isso se reflete, por exemplo, nas pessoas que são indiferentes à política e não interagem em vista do bem comum, buscam só os próprios interesses e são incapazes ou mesmo não querem pensar e agir de tal modo que as decisões políticas tragam benefícios para todos. Essas pessoas tornam-se presas fáceis da manipulação ou são levadas a optar por regimes tirânicos/autoritários, uma vez que

entendem que tais regimes atuam em benefício delas e não se importam com quem é perseguido ou negligenciado pelo regime; chegam, inclusive, a não perceber quando elas mesmas são vítimas do regime autoritário.⁴

Arendt não menospreza a esfera privada, ela enfatiza, no entanto, a importância de preservar a esfera pública como um espaço em que os indivíduos podem se engajar politicamente e exercer sua liberdade e responsabilidade. O problema reside quando a esfera pública é tomada por questões e problemas próprios da vida privada e, assim, abre espaço para o domínio da esfera social. De acordo com Santos, “a ascensão do social coincidiu historicamente com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública” (SANTOS, 2012, p. 230). Houve, portanto, não somente uma indistinção de conceitos, sobretudo entre social e político, mas, o que foi mais danoso para a história da humanidade, uma mudança na vivência de cada uma das esferas, em que privado, público (político) e social se mesclam e perdem seus significados próprios.

Evidentemente não se deve pensar que existem fronteiras intransponíveis entre esses conceitos, posto serem atividades humanas e esferas de existência que estarão em constante correlação. A inserção de questões privadas na esfera pública, cabe também dizer, não significa que circunstâncias de ocorrência na esfera privada não possam vir a ser de interesse público-político – tal como situações de violência doméstica, por exemplo –, mas que a esfera pública não pode ser pensada sob o signo do privado, da propriedade, mas, sim, pela via daquilo que é comum aos cidadãos.

O que Arendt quer chamar a atenção, pensamos, é ao fato de que o uso privado da esfera pública e a ascensão do social podem cada vez nos conduzir à perda de uma dimensão importante do nosso modo de estar presente no mundo: a ação política. É frente a isso que Santos afirma: “nessa perspectiva, a ideia vigente na sociedade de massas – de homem como animal social e não animal político – ameaça a extinção da humanidade, uma vez que a sociedade tem um caráter monolítico em que o conformismo só dá lugar a um único interesse e uma única opinião” (SANTOS, 2012, p. 231).

Acrescentamos, ainda, que, na interpretação de Arendt, as esferas pública e privada foram incapazes de resistir ao crescimento constante da social, uma vez que a

⁴ Antunes explica que isso se dá também: “Quando o interesse comum da política se transforma no interesse único privado do regime tirânico e da sociedade de massas surge a destruição da comunhão na esfera pública criando-se as condições para o aparecimento do totalitarismo. Especificamente, a sociedade massas destrói a esfera privada e a esfera pública: impede a pluralidade de opiniões num espaço público comum; exclui os homens da casa e da família enquanto refúgios perante o mundo” (ANTUNES, 2023, p. 10).

contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social. [...] a esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu. (ARENDT, 2020, p. 85)

Aqui se explicita o pensamento arendtiano a respeito do colapso do público e privado em detrimento do social. Por causa deste, aquelas duas formas distintas da existência humana correm risco, pela confusão de papéis, de desaparecerem. De acordo com Aguiar, “o social retirou da esfera política a dimensão de publicidade e da esfera privada a ocupação com a esfera das necessidades. Com a ascensão do social, as atividades executadas privadamente passaram a ter importância pública e o que era típico do público passou a ser um luxo” (AGUIAR, 2004, p. 10). É como se as pessoas e a sociedade, ao priorizarem a economia, acabassem criando um estado geral de escravização, pensando este termo como o fim da liberdade político para formar um mundo comum em função de uma vida reduzida à realização de necessidades, sejam as biológicas, sejam as criadas pela técnica.

A utopia de que a sociedade, ao se dedicar exclusivamente à geração da abundância, criaria um estado de liberdade não se cumpriu, porque a “laborização”⁵ também invadiu o lazer, o tempo livre das necessidades de trabalhar, por exemplo, na forma da industrialização do divertimento ao transformar tudo em entretenimento, produtos que são consumidos e que pouco agregam à nossa existência, mais ainda, diversos momentos da vida passam a ser visto em função do progresso, da geração da abundância, da mera utilidade. Consumir, uma atividade ligada diretamente ao trabalho e, por isso, seu outro lado, tornou-se, para muitos, a única alternativa às dores diárias, o momento de descanso e regeneração que prepara outro dia laboral. Pode-se dizer, portanto, que Arendt verifica uma “laborização” geral das atividades sociais, ou seja, tudo passa a ser referido à atividade típica da privatividade, a manutenção da vida biológica, na medida em que todas as atividades são transformadas em variações do trabalho, característica própria de uma sociedade de trabalhadores, isto é, de consumidores.

⁵ Quando se fala em laborização refere-se, no pensamento arendtiano, às atividades relativas ao trabalho, a qual se distingue das atividades relativas à fabricação, conforme descrito na nota 2, acima.

Conclusão

À guisa de conclusão, uma questão que se coloca sobre o sentido da palavra social diz respeito ao significado contemporâneo e comum do termo social enquanto preocupação com as questões de injustiça e exploração do homem pelo homem. Como então conceber o social arendtiano para além de uma esfera da vida humana? Será que Hannah Arendt não se preocupava com os problemas dos pobres e explorados? É possível que, a partir de uma aproximação superficial, seja essa a impressão que se tenha: a concepção de social em Hannah Arendt é demasiada teórica para tocar os problemas concretos da atualidade. Ademais, em outras obras, como em *Sobre a revolução*, Arendt (2011) parece indicar que certos fracassos das revoluções se deram relativamente à tentativa de se colocar a resolução da questão social⁶ – isto é, a pobreza – à frente da expansão da liberdade política. O grande problema – e Arendt não parece saber resolvê-lo – gira em torno da dificuldade de se fundar a liberdade política, proporcionando uma vida cidadã ampla, junto a uma população miserável sem que as questões privadas não subvertam o espaço público.

Entendemos, nesse sentido, que se deve compreender, segundo Aguiar, que “a luta de Arendt não é contra o empenho da sociedade para resolver a questão social, mas com a repercussão desse empenho na política. Isto é, Arendt não é contra a questão social, mas a favor da grandeza humana” (AGUILAR, 2004, p. 17). Não pretendemos propor uma solução para o problema da questão social, mas abrir o espaço para discussão a partir de nossa interpretação, seguindo a construção arendtiana, das características da esfera social.

O sacrifício da esfera política em nome de uma pretensa resolução dos chamados problemas sociais inseridos na questão social não levará à solução dos mesmos, porque as sociedades da abundância e do consumismo não são constituídas, grosso modo, por cidadãos, aqueles que estarão juntos em busca da superação dos problemas comuns, mas por consumidores, ou sejam pessoas cuja única preocupação é satisfazer suas necessidades individuais. Além disso, uma questão social absolutizada tende a desencadear um ciclo que se repete, porque a necessidade de suprir as condições básicas de sobrevivência faz parte do ser humano, enquanto um ser biológico.

⁶ Sobre a questão social, Ribeiro (2022, p. 24) faz uma leitura crítica sobre a diferenciação entre as categorias social e político em Hannah Arendt, bem como nós explica, ainda, sobre a questão social: “A existência da pobreza é o que Arendt entende por questão social e é a partir desta ideia que ela argumenta sobre o fracasso da Revolução Francesa e o sucesso da Revolução Americana, em um primeiro momento. Esta noção está, em *Sobre a Revolução*, duramente marcada pela ideia de que a pobreza não pode ser solucionada por meios políticos, mas técnicos e que sua entrada no âmbito público traz sérios prejuízos para política”.

Como foi mostrado ao longo deste texto, Hannah Arendt comprehende a esfera privada como o espaço da vida doméstica, das relações pessoais e da intimidade. Além disso, em sua visão, a esfera pública seria o espaço no qual os cidadãos se reúnem para discutir e deliberar sobre questões políticas e tomar decisões em conjunto. A esfera pública, vimos, é fundamental para a vida política e para a liberdade dos indivíduos, pois é nela que eles podem exercer sua capacidade de agir e se envolver ativamente na vida comum. No entanto, Arendt argumenta que a esfera social, com seu foco na produção e no consumo, invadiu a esfera pública, tal como Arendt também discute o problema da questão social, ao qual apenas aludimos acima. Ela sugere que as demandas da esfera social, como a busca incessante por riqueza e sucesso material, ou mesmo a resolução da miséria,⁷ minaram da mesma forma a esfera privada, levando ao enfraquecimento das relações familiares e interpessoais, quanto a pública, ao reduzirem-na tão somente ao ditado pela necessidade, não dando espaço para a liberdade e transformando a política em governo e administração.

Na sociedade moderna, como pudemos ver, as pessoas são cada vez mais definidas por seu trabalho e suas atividades aceleradas. O que antes era preocupação com a manutenção do lar adentra o espaço público, como a economia e os meios da sobrevivência; o mundo da necessidade é levado ao mundo político. Ela observa que a esfera social, dominada pelas necessidades de produção e consumo, tende a reduzir os indivíduos a meros consumidores e não a cidadãos de fato. Consequentemente, a política é frequentemente relegada a um segundo plano, e a esfera pública perde sua vitalidade e importância. Ela acreditava que a expansão da esfera social e a diminuição da importância da esfera pública e da esfera privada eram sintomas de uma crise mais ampla na esfera política e na vida humana em geral, ou seja, o desaparecimento do público e do privado com a emergência do social

Arendt, portanto, está preocupada com o declínio da vida política. O individualismo cada mais exacerbado leva as pessoas a duas atitudes igualmente nocivas à vida política. A primeira seria o desinteresse pessoal pela coisa pública, quando esta não toca a pessoa diretamente, não mexe com suas necessidades mais imediatas e não reproduz fundamentalmente suas crenças e gostos pessoais. A política deixa de ser uma atividade voltada de fato para o coletivo dos cidadãos. Disso deriva também a segunda atitude nociva: fazer da atividade política um benefício apenas pessoal. É realmente misturar o privado e o público de tal forma que o público/político esteja unicamente a serviço do bem estar privado

⁷ Deixe-se claro que isso não significa, no pensamento de Arendt, algum tipo de defesa da manutenção do estado de miséria, mas, sim, de uma preocupação de como o espaço público está em constante risco, o que, por sua vez, não auxilia na resolução da própria miséria, mas a aprofunda

do agente político, enquanto o dito cidadão comum, aquele que não está diretamente tomando as decisões, torna-se um mero cliente/consumidor/seguidor de quem o representa politicamente.

Por fim, gostaríamos de sugerir que a crítica de Arendt ao advento do social não é apenas uma crítica à modernidade, senão, sobretudo, aos modelos de compreensão da política que foram gestados nela, em destaque para os dois polos que há mais de um século dominam os debates público-políticos: o comunismo e o liberalismo. Por mais que seja possível compreender alguns elementos positivos provenientes de ambas as correntes – tal como a luta para que trabalhadores possam a vir a ser cidadãos efetivamente, no primeiro caso, ou a defesa das liberdades individuais, no segundo –, Arendt também percebe que tais conquistas podem também ser conduzidas a resultados catastróficos, não como causas necessárias, mas em sua desconexão com o cuidado com o mundo público e a perda da liberdade política.

Quanto ao comunismo, Arendt desconfia da igualdade plena de todos os indivíduos; não por considerar que alguns devam ser superiores a outros, ou por defender quaisquer projetos de dominação, mas por entender que a igualdade se dá entre pares, entre indivíduos que convivem e compartilham um mundo político comum, não sendo mais que abstração vazia defender uma igualdade genérica que não consegue se tornar efetiva na realidade. Quanto ao liberalismo, Arendt critica sua defesa irrestrita da liberdade individual, não por considerar que não devemos ter essa liberdade, mas por compreender que esse modelo é insuficiente, pois é alheio às questões políticas, de tal modo que a liberdade liberal é uma liberdade das coisas políticas, um estar liberado de se preocupar com o mundo a fim de dedicar-se inteiramente a si mesmo e seus empreendimentos privados. No lugar de uma igualdade abstrata, Arendt propõe uma igualdade entre aqueles que dividem uma realidade comum; no lugar de uma liberdade individualista, é proposta uma liberdade política que só é possível junto àqueles que são iguais a mim e podem agir em concerto em defesa do mundo comum, protegendo e conservando o que nos dá segurança e criando e transformando aquilo que não espelha mais as demandas das novas gerações.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Odilio Alves. A Questão Social em Hannah Arendt. In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 27(2): 7-20, 2004.

ANTUNES, Marco António. **O Público e o Privado em Hannah Arendt.** Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<https://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2023.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 13^a ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDT, Hannah. “Karl Marx e a tradição do pensamento político ocidental”. In: ARENDT, Hannah. **Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução.** São Paulo: Companhia das letras, 2011.

CORREIA, Adriano. **Questão social (Pobreza).** Disponível em: <<https://estadodaarte.estadao.com.br/dicionario-arendt-70-questao-social/>> Acesso em: 21 jun. 2023.

COUTO, Gabriel Donato. **A sociedade de massa sob a ótica de Hannah Arendt.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-sociedade-de-massa-sob-a-otica-de-hannah-arendt/395771014>> Acesso em 21 jun. 2023.

DIAS, Lucas Barreto. Características e declínio da Esfera Pública segundo Hannah Arendt. In: **Polymatheia.** Fortaleza, v. 6 n. 9, p. 127-138, 2013.

RIBEIRO, Nádia Junqueira. **A distinção entre o social e o político em Hannah Arendt à luz da Questão.** Tese. 2022 (Doutorado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. UNICAMP. Campinas-SP, 2020.

SANTOS, Soraya Viera Santos. A relação entre o público e o privado: um estudo inicial no pensamento de Hannah Arendt. In: **Inter-Ação.** Goiânia, v. 37, n. 2, p. 223-235, jul/dez 2012.

Data da submissão: 30 Ago 2024.

Data do aceite: 01 Dez 2024.

Publicado em 08 Mai 2025.



Esta obra está licenciada sob licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode.pt>).